



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CONTRATO Nº 34/2023**

**CONTRATO N. 34/2023/TRE-RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI N. [0001677-03.2023.6.22.8000](#).**

**CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Serviços sem demo.**

**CONTRATAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRE-RO E A EMPRESA SARAIVA DE EDUCAÇÃO S.A., PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSINATURA DA PLATAFORMA BIBLIOTECA DIGITAL SARAIVA – BDS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.**

**CONTRATANTE:** A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG \*\*\*.893-SSP/RO e do CPF \*\*\*.106.849-\*\*, nomeada pela Portaria n. 01, de 03 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 8 de janeiro de 2018, portadora da matrícula funcional n. 260468.

**CONTRATADA:** **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A.**, CNPJ 50.268.838/0001-39, com sede na Rodovia Presidente Dutra, km 136, bloco 4, módulo 5, Eugênio de Mello, CEP: 12.247-004, em São José dos Campos/SP, Telefone(s): (11) 4383-9403; (11) 3613-3316 e (19) 998287631, E-mail(s): [cpfiscal@somoseducacao.com.br](mailto:cpfiscal@somoseducacao.com.br) ; [breno.santos@somoseducacao.com.br](mailto:breno.santos@somoseducacao.com.br) ; [leandro.menon@somoseducacao.com.br](mailto:leandro.menon@somoseducacao.com.br) , neste ato representada por seu gerente comercial, senhor **FRANCISCO CÉSAR FERNANDES DINIZ**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG \*\*\*\*860/SSP-PE e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CPF \*\*\*.597.703-\*\*, telefone(s): (58) 99999-9295, E-mail(s): **francisco.diniz@platosedu.com.br**, e por seu procurador, senhor **ANDRÉ DE ANDRADE RAYMUNDI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG \*\*.\*\*\*.232-7/SSP-SP e do CPF \*\*\*.796.558-\*\*, telefone(s): (11) 99311-2806, E-mail(s): **andre.raymundi@saber.com.br**.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Leis 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - NLLC), 9.507/2018 (Execução indireta de Serviços) e 13.709/2018 (Proteção de Dados Pessoais), Resolução TSE 23.702/2022 (Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral), Instruções Normativas TRE-RO 9/2022 (Aplicação das regras e procedimentos da NLLC às contratações diretas) e Instruções Normativas TRE-RO 04/2008, Resolução TRE-RO 31/2023 (Política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, e, supletivamente, Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil), assim como as decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e as demais legislações aplicáveis.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DA DESPESA:** Despacho n. 1513/2023 - PRES/DG/GABDG, de 13/12/2023 (evento [1098415](#)).

### **DO OBJETO**

**(Art. 92, I e II, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Este Contrato tem por objeto a prestação de serviço de assinatura da Plataforma Biblioteca Digital Saraiva – BDS, publicada e oferecidos conforme condições de proposta da Contratada inclusa no evento ([1078575](#)) do Processo respectivo, a seguir detalhado:

Acervo(s)	Modelo de acesso	Quantidade de usuários simultâneos	Valor unitário mensal	Valor mensal	Prazo de vigência	Valor total anual assinatura
-----------	------------------	------------------------------------	-----------------------	--------------	-------------------	------------------------------



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

					<b>contra tual</b>	
Saraiva Completo	Simultâneo	50	R\$ 35,88	R\$ 1.794 ,00	12 meses	R\$ 21.528,00

**Subcláusula Primeira** – O acervo digital da Saraiva conta com total aproximado de 2.600 títulos, com o quantitativo de 50 acessos simultâneos, conforme a seguir:

1. Direito – Doutrina: cerca de 1.300 títulos jurídicos entre títulos profissionais, cursos, manuais e obras para as áreas acadêmicas, empresariais e de Concursos e OAB. Selos editoriais presentes: Saraiva Jur e Saraiva Uni.
2. Direito – Legis: Cerca de 10 títulos selecionados, incluindo o Vade Mecum Tradicional e Vade Mecum temáticos de Direito Penal, Direito Civil e Trabalhista, entre outros. Selo editorial: Saraiva Jur.
3. Gestão: aproximadamente 500 títulos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Finanças, Marketing e áreas afins. Selos editoriais presentes: Benvirá, Saraiva Jur e Saraiva Uni.
4. Técnico: referência em ensino técnico, tecnológico e profissional, é selo pioneiro e especialista no setor, com acervo digital com cerca de 400 títulos em áreas relevantes como Informática, Eletromecânica, Administração/Logística, Construção Civil, Redes e Telecomunicações, Saúde, entre outras. Selos editoriais presentes: Érica e Benvirá.

**Subcláusula Segunda** – Vinculam-se a esta contratação, independente de transcrição:

1. O Termo de Referência (TR) respectivo e seus anexos;
2. A proposta da CONTRATADA (evento 1078575); e
3. O ato de autorização da despesa via inexigibilidade de licitação.

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Art. 92, IV, da Lei 14.133/2021)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O regime de execução indireta dos serviços objeto desta contratação é o de empreitada por preço global.

**DO MODELO DE EXECUÇÃO**

**(Art. 92, IV, VII e XVIII, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam neste contrato e no Termo de Referência, vinculado a este instrumento.

**Subcláusula única** – O recebimento provisório dar-se-á por meio da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM deste Tribunal, quando da entrega da Nota Fiscal contendo os serviços prestados e, definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

**DA SUBCONTRATAÇÃO**

**(Art. 122, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA QUARTA** – Não será admitida a subcontratação do objeto desta contratação.

**DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO**

**(Art. 105 e sgs, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA QUINTA** – Este Contrato terá prazo de vigência de 1 (um) ano, a contar de 30/12/2023, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 107 da Lei n. 14.133/2021.

**Subcláusula Primeira** – A prorrogação de que trata essa Cláusula é condicionada ao teste, por parte do gestor do contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aspectos que forem julgados relevantes, permitida a negociação com a Contratada ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**Subcláusula Segunda** – A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**Subcláusula Terceira** – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**(Art. 92, V e VI, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:** O valor total estimado deste Contrato é de **R\$ 21.528,00** (vinte e um mil quinhentos e vinte e oito reais), conforme proposta da CONTRATADA (evento [1078575](#)) e resumo a seguir.

Acervo(s)	Modelo de acesso	Quantidade de usuários Simultâneos	Valor unitário mensal	Valor mensal	Prazo de vigência contratual	Valor total anual assinatura
Saraiva Completo	Simultâneo	50	R\$ 35,88	R\$ 1.794,00	12 meses	R\$ 21.528,00

**Subcláusula Primeira** – No valor definido nesta cláusula estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, sendo que o Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser realizada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

**Subcláusula Segunda – FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será realizado uma única vez, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da fatura/nota fiscal, regularmente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do

$$\text{EM} = \frac{\text{I} \times \text{N} \times \text{VP}}{\text{Na} \times \text{qual: EM}} = \frac{\text{Encargos}}{\text{moratórios;}}$$

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**IX** - A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**X** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária ou OBPIX para pagamento.

**Subcláusula Terceira – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto no termo de referência (TR) respectivo.

**I** - Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

**II** - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da contratação e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução da contratação;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**III** - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

**IV** - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021, de forma a





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obter certidão de regularidade da contratada quanto: aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça, observando que:

**a)** Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas ao pagamento, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

**b)** extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

**V** - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação e de qualificações exigidas para a contratação; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como eventuais ocorrências impeditivas indiretas;

**VI** - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Contrato e no termo de referência respectivo.

**VII** - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**VIII** - Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa, sendo passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento. Havendo pagamentos pendentes esses serão realizados com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à CONTRATADA. (Acórdão n.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

**IX** - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou comprove a regularidade exigida.

**X** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**(Art. 92, VIII, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** - As despesas com a execução da presente contratação correrão inicialmente à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Fonte de Recurso: 1027000000 e Natureza da Despesa: 339039, conforme Nota de Empenho n. 2023NE000586, datada de 13/12/2023, a ser reforçada, caso necessário, consoante detalhamento orçamentário a seguir:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>		
<b>Tipo de Orçamento</b>	<b>Item de despesa do planejamento orçamentário</b>	<b>Plano Interno</b>
Ordinário	Assinatura de Periódicos e anuidades	OASAASSINA

**Subcláusula única** – Quando for o caso, para os demais exercícios as despesas com a execução correrão à conta dos recursos constantes das propostas orçamentárias do TRE-RO, após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

### **DO REAJUSTE**

**(Art. 25, §§ 7º e 8º; art. 92, V, §§ 3º e 4º, e art. 135 da Lei n.14.133/21)**

**CLÁUSULA OITAVA** - O preço contratado poderá ser reajustado, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, considerado como tal a data da proposta comercial.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do preço médio praticado pela Contratada, comprovado por meio de pesquisa de preços a ser realizada perante a outros contratantes, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**Subcláusula Segunda** – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

**Subcláusula Terceira** – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Na ocorrência dessa hipótese, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente.

**Subcláusula Quarta** – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**Subcláusula Quinta** – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**Subcláusula Sexta** – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**Subcláusula Sétima** – O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

## **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**(Art. 92, XII e XIII e Art. 96 e segs. da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA NONA** – Não haverá exigência de garantia contratual da execução deste objeto.

## **DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Art. 117 da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** - No TRE-RO, a gestão desta contratação será realizada pelo (a) titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – CJD, e a fiscalização desta contratação (incluindo a certificação da nota fiscal) será realizada pelo (a) titular da Seção de Editoração Publicação e Memória Eleitoral - SEPM, ou por seus substitutos respectivos, em suas ausências legais, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008/TRE-RO, observando o que segue:

- 1.** A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações, utilizando-se mensagens eletrônicas (e-mails) e Correios.
- 2.** O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail, conforme detalhamento a seguir:

Assunto	E-mail
Envio de notas fiscais relacionadas a requisições do gestor do contrato	sepm@tre-ro.jus.br
Informações técnicas	sepm@tre-ro.jus.br

**Subcláusula Primeira** – Cabe à gestão e fiscalização do contrato o recebimento do objeto, o pagamento, o gerenciamento dos acessos e todos os demais atos necessários ao adequado cumprimento dos termos pactuados.

**Subcláusula Segunda** – A comunicação entre a gestão/fiscalização e a contratada dar-se-á por meios oficiais, documentado nos autos.

**Subcláusula Terceira** – Competem aos titulares e substitutos mencionados nesta Cláusula observar as normas impostas pela Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO e suas alterações.

**Subcláusula Quarta** - A atuação ou a eventual omissão da gestão e da fiscalização durante a execução da contratação não poderão ser invocadas para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – São obrigações do CONTRATANTE:**

- 1.** Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento contratual, no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da observância da legislação pertinente;
- 2.** Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços;
- 3.** Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais ou na prestação de serviços;
- 4.** Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;
- 5.** Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da Contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a Contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais;
- 6.** Reunir-se com a Contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução de serviços;
- 7.** Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 8.** Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;
- 9.** Notificar a Contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;
- 10.** Rejeitar, através do fiscal contrato, a execução dos serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 11.** Receber os serviços, por meio do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido no termo de referência e neste contrato, certificando as notas fiscais da entrega;
- 12.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos;
- 13.** Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do CONTRATANTE;
- 14.** Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- 15.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período (art. 123, Lei n. 14.133/2021);
- 16.** Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA;
- 17.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 18.** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 19.** Cumprir as demais obrigações necessárias à execução do objeto deste instrumento contratual.

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – São obrigações da CONTRATADA:

- 1.** Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial e no instrumento de contrato;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;
3. Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da Contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo Contratante;
4. Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;
5. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
6. Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, salvo justificativa razoável;
7. Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
8. Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;
9. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o contratante;
10. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
11. Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários à execução de serviços;
12. Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação;

**14.** Manter-se, durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet, e enviar ao contratante os seguintes documentos juntamente com nota fiscal/fatura:

**a)** Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

**b)** Certidão Negativa de Débitos Relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

**c)** Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF);

**d)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho (TST);

**e)** certidão negativa junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e

**f)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital, quando exigível e conforme o caso;

**15.** Em caso de prorrogação contratual, a contratada deverá: possuir a regularidade fiscal acima indicada; não estar incluída no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep); não possuir certidões positivas de inidoneidade e de impedimento de ser contratada; bem como de irregularidade junto ao TCU, devendo tudo isso ser verificado pela Administração contratante.

**16.** Enviar ao TRE-RO a nota fiscal/fatura, nos termos pactuados, observando que:

**a)** havendo erro na nota fiscal, ou na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove o recebimento, este ficará pendente e o pagamento suspenso até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras necessárias, não podendo a CONTRATADA interromper a execução do contrato até o saneamento das irregularidades, sendo que, durante o período em que o recebimento estiver pendente e o





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pagamento suspenso, por culpa da CONTRATADA, não incidirá sobre o TRE-RO qualquer ônus, inclusive financeiro.

**17.** Não contratar para a execução dos serviços e não admitir em seu quadro societário, empregados e pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, inclusive, de qualquer ocupante de cargos de assessoramento, de membros ou juízes, nos termos do artigo 48, Parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021, do artigo 7º do Decreto n. 7.203/2010 e do art. 2º, V, da Resolução CNJ n. 7/2005;

**18.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, comunicando imediatamente o TRE-RO sobre a possibilidade de tais ocorrências, nos termos do artigo 7º do Decreto n. 7.203, de 2010 e art. 2º, V, da Resolução CNJ n. 7/2005;

**19.** Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO, assim como as disposições legais aplicáveis à execução do objeto do contrato.

### **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

**I** - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

**II** - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

**III** - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV** - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmadas ou que venham a ser celebradas pelo Contratado;

**V** - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

**VI** - É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

**VII** - O Contratado deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

**VIII** - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

**IX** - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

**X** - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativas, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:

**a)** os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**XI** - A contratação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

**XII** - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(art. 92, XIV, Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

**1. Advertência:** pelo cometimento da infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**2. Multa:** de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

**2.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**2.2.** dar causa à inexecução total do contrato;

**2.3.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**2.4.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**2.5.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**2.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**2.7.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**3. Impedimento de licitar e contratar:** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**3.1.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**3.2.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**3.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

**4. Declaração de inidoneidade:** será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

**4.1.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**4.2.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**4.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**4.4.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Subcláusula Primeira** – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei n. 14.133/2021).

**Subcláusula Segunda** – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n. 14.133/2021).

**Subcláusula Terceira** – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

**Subcláusula Quarta** – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n. 14.133/2021).

**Subcláusula Quinta** – O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

devidos pelo contratado, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

**Subcláusula Sexta** - Em caso de multa ou condenação eventualmente aplicadas à CONTRATADA, o valor deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, sendo que o valor será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

**Subcláusula Sétima** - De igual modo, caso o Contratado não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Oitava** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Nona** - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

**Subcláusula Décima** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Décima Primeira** - As multas e demais penalidades previstas nesta seção não eximem o adjudicatário ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

**Subcláusula Décima Segunda** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA, aplicando-se, no que couber, as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, normativo que poderá ser atualizado no decorrer da execução do contrato para inserção das disposições da Lei n. 14.133/2021 e observado ainda o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Subcláusula Décima Terceira** - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n. 14.133/2021):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Subcláusula Décima Quarta** - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

**Subcláusula Décima Quinta** - O procedimento para aplicação de sanções pelo CONTRATANTE observará o devido processo legal administrativo e, no que couber, as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, normativo que poderá ser atualizado no decorrer da execução do contrato para inserção das disposições da Lei n. 14.133/2021.

**Subcláusula Décima Sexta** - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados,





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a **obrigatoriedade de análise jurídica prévia** (art. 160 da Lei n. 14.133/2021).

**Subcláusula Décima Sétima** - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei n. 14.133/2021).

**Subcláusula Décima Oitava** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.

## **DA EXTINÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Art. 92, XIX, da Lei 14.133/2021)**

**LÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

**Subcláusula Primeira** - A contratação pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021, sendo que, nestas hipóteses, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pelo contratado, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

## **DAS ALTERAÇÕES**

**(Arts. 124 a 136 da Lei 14.133/2021)**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, observando o que segue:

**Subcláusula Primeira** - Esta contratação poderá ser alterada unilateralmente pela administração Contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

**Subcláusula Segunda** - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

**Subcláusula Terceira** - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contratação.

**Subcláusula Quarta** - Constitui ônus da contratada a apresentação de documentação comprobatória dos fatos alegados ensejadores do eventual reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado, e esse pedido deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

**Subcláusula Quinta** - Registros que não caracterizam alteração da contratação podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133/2021.

**DOS CASOS OMISSOS**

**(Art. 92, III, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/1990 e normas e princípios gerais das contratações.

**DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 94, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - O Contratante providenciará a divulgação do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 (dez)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dias úteis, a contar de sua assinatura (art. 94, II, Lei n. 14.133/2021) e no seu sítio eletrônico oficial na internet, bem como providenciará a sua publicação, no mesmo prazo, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.

**DO FORO**

**(Art. 92, § 1º, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – Em cumprimento ao art. 92, § 1º da Lei n. 14.133/2021, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta contratação ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, dezembro de 2023.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	
<b>FRANCISCO CÉSAR FERNANDES DINIZ</b> Pela CONTRATADA	<b>ANDRÉ DE ANDRADE RAYMUNDI</b> Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO CÉSAR FERNANDES DINIZ, Usuário Externo**, em 14/12/2023, às 08:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ DE ANDRADE RAYMUNDI, Usuário Externo**, em 14/12/2023, às 09:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 14/12/2023, às 12:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 14/12/2023, às 12:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 14/12/2023, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1098635** e o código CRC **124861A1**.

0001677-03.2023.6.22.8000

1098635v1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 8/2023 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de serviços, com inexigibilidade de licitação com a finalidade de auxiliar o procedimento administrativo pertinente à contratação especializada na Prestação de Serviço de Assinatura da Plataforma Biblioteca



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Digital Saraiva – BDS. publicada e oferecidos, conforme condições de proposta inclusa no evento [1078575](#) da empresa jurídica com a seguinte razão social: SARAIVA EDUCAÇÃO S.A. CNPJ: 50.268.838/0001-39.

### **1.2. Detalhamento dos bens e serviços que compõem a solução:**

<b>Acervo(s)</b>	<b>Modelo de acesso</b>	<b>Quantidade de usuários Simultâneos</b>	<b>Valor unitário mensal</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Prazo de vigência contratual</b>	<b>Valor total anual assinatura</b>
Saraiva Completo	Simultâneo	50	R\$ 35,88	R\$ 1.794,00	12 meses	R\$ 21.528,00

### **1.3. Demais regras das condições e especificações da solução, conforme proposta:**

**1.3.1** A Biblioteca Digital Saraiva (BDS) é um acervo digital que disponibiliza títulos atualizados dos selos editoriais Saraiva Jur, Saraiva Uni, Benvirá, e Expressa. Plataforma digital inovadora, intuitiva e com diversas ferramentas que proporcionam melhoria da experiência de leitura e acessibilidade. O acervo presente na BDS conta com um total aproximado de 2.200 obras, os quais se distribuem entre as grandes áreas: jurídica, de gestão, contábil e técnica de acordo com os acervos:

**1.3.1.1** Direito – Doutrina: cerca de 1.300 títulos jurídicos entre títulos profissionais, cursos, manuais e obras para as áreas acadêmicas, empresariais e de Concursos e OAB. Selos editoriais presentes: Saraiva Jur e Saraiva Uni.

**1.3.1.2** Direito – Legis: Cerca de 10 títulos selecionados, incluindo o Vade Mecum Tradicional e Vade Mecum temáticos de Direito Penal, Direito Civil e Trabalhista, entre outros. Selo editorial: Saraiva Jur.

**1.3.1.3** Gestão: aproximadamente 500 títulos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Finanças, Marketing e áreas afins. Selos editoriais presentes: Benvirá, Saraiva Jur e Saraiva Uni.

**1.3.1.4** Técnico: referência em ensino técnico, tecnológico e profissional, é selo pioneiro e especialista no setor, com acervo digital com cerca de 400 títulos em áreas relevantes como Informática, Eletromecânica,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração/Logística, Construção Civil, Redes e Telecomunicações, Saúde, entre outras. Selos editoriais presentes: Érica e Benvirá.

## **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**2.1.** A demanda está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO, conforme evento [0903526](#).

## **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A Biblioteca Digital Saraiva consiste na vinculação dos acervos digitais das editoras Saraiva e Érica em uma plataforma digital inovadora, intuitiva com diversas ferramentas que proporcionam melhoria da experiência de leitura e garantem acessibilidade. O acervo presente na BDS conta com total aproximação de 2.600 títulos, os quais se distribuem entre grandes áreas jurídica, de gestão, contábil e técnica de acordo com os selos editoriais:

**3.1.1** Saraiva Jur cerca de 1.600 títulos jurídicos entre títulos profissionais, cursos, manuais e obras acadêmicas, empresariais e de concursos e OAB;

**3.1.2** Saraiva Uni aproximadamente 600 títulos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Finanças, Marketing e áreas afins;

**3.1.3** Editora Érica referência em ensino técnico, tecnológico e profissional, é selo pioneiro e especialista no setor, com acervo digital com cerca de 400 títulos em áreas relevantes como Informática, eletromecânica, Administração/Logística, Construção Civil, Redes e Telecomunicações, Saúde entre outras.

**3.1.4** Em termos de funcionalidade, a plataforma da Biblioteca digital Saraiva apresenta, dentre outras: Navegação também poderá ser feita através de sumário; Possibilidade de leitura off-line; Filtro por categoria e ano de publicação; Para leitores com restrições visuais a plataforma possui recursos que possibilitam a aplicação de contraste e aumento do tamanho da fonte, que viabilizam a leitura; Atualizações semestral de nova edições e títulos; Possibilidade de edição de anotações e títulos; Com a BDS, o TRE/RO terá acesso ilimitado a todo conteúdo.

**3.2.** Os demais elementos que fundamentam a presente contratação fazem parte dos estudos da fase de planejamento da contratação constantes nos seguintes documentos:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**3.2.1** Documento de Formalização da Demanda, incluso no evento [1055109](#) ;

**3.2.2** Estudos Técnicos Preliminares, se houver: (não se aplica)

**3.2.3** Mapa de Riscos, se houver: (Não se aplica)

## **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**4.1.** A aquisição da assinatura anual, da Biblioteca Saraiva de Educação - BDS tem um acervo livros digitais das editoras Saraiva e Érica em uma plataforma digital inovadora, intuitiva com diversas ferramentas que proporcionam melhoria da experiência de leitura e garantem acessibilidade.

**4.2.** A assinatura nas modalidades eletrônica supramencionada contempla:

**4.2.1** O acervo presente na BDS conta com total aproximação de 2.600 títulos, os quais se distribuem entre grandes áreas jurídica, de gestão, contábil e técnica de acordo com os selos editoriais: Saraiva Jur cerca de 1.600 títulos jurídicos entre títulos profissionais, cursos, manuais e obras acadêmicas, empresariais e de concursos e OAB; Saraiva Uni aproximadamente 600 títulos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Finanças, Marketing e áreas afins; Editora Érica referência em ensino técnico, tecnológico e profissional, é selo pioneiro e especialista no setor, com acervo digital com cerca de 400 títulos em áreas relevantes como Informática, eletromecânica, Administração,/Logística, Construção Civil, Redes e Telecomunicações, Saúde entre outras. Em termos de funcionalidade, a plataforma da Biblioteca digital Saraiva apresenta, dentre outras: Navegação também poderá ser feita através de sumário; Possibilidade de leitura off-line; Filtro por categoria e ano de publicação; Para leitores com restrições visuais a plataforma possui recursos que possibilitam a aplicação de contraste e aumento do tamanho da fonte, que viabilizam a leitura;

**4.3.** A presente contratação também contempla:

**4.3.1** Atualizações semestral de nova edições e títulos; Possibilidade de edição de anotações e títulos; Com a BDS, o TRE/RO terá acesso ilimitado a todo conteúdo.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**5.1.** Conforme evento ([0942225](#)) e com fundamento na Instrução Normativa Nº 9/2022, [§ 3º do art. 3º da Instrução Normativa nº 9/2022](#), na presente contratação não se aplica requisitos da contratação no TR da SEPM.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**6.1** O objeto deste Termo de Referência está totalmente de acordo com os critérios de sustentabilidade, em especial o critério da "uso de inovações" que reduzem a pressão por recursos naturais, bem como de menor geração de resíduos no fato da utilização de livros eletrônicos que não necessita de matéria prima advindas de recursos naturais para sua produção e, por esse motivo, não causarão ao final de sua vida útil a geração de resíduos.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **7.1. Prazos e Condições:**

**7.1.1** Considerando que o objeto a ser contratado tem a característica de serviços e fornecimentos contínuos, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, o prazo da contratação será de 12 (doze) meses, após a assinatura da carta-contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, por meio de termo aditivo, respeitada a vigência máxima decenal, desde que seja atestada as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção do contrato sem ônus para qualquer das partes.

**7.1.2** . A adjudicatária será formalmente convocada para assinatura de carta-contrato, conforme dispõe o artigo 89 da Lei nº 14.133/2021.

**7.1.3** Para efetivar a contratação, a adjudicatária deverá assinar o instrumento de carta-contrato, por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização no sistema para tal.

**7.1.4** À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 9/2022 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil brasileiro.

**7.1.5** Como condição para a elaboração da Carta-Contrato, bem como realização de Termo Aditivo de eventual prorrogação contratual, a





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do Conselho Nacional de Justiça.

**7.1.6** A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Carta-Contrato ou Termo Aditivo e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

**7.1.7.** A adjudicatária poderá retirar a Carta-Contrato, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

**7.1.8.** Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Carta-Contrato ou Termo Aditivo e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

**7.1.9.** O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação (art. 89 da Lei n. 14.133/2021) - sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 104, da Lei n. 14.133/2021).

## **7.2. Deveres e Responsabilidades do contratante:**

**7.2.1** Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços.

**7.2.2** Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais ou na prestação de serviços;

**7.2.3** Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

**7.2.4** Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**7.2.5** Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

**7.2.6** Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à entrega de bens ou execução de serviços;

**7.2.7** Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

**7.2.8** Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

**7.2.9** Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

**7.2.10** Rejeitar, através do fiscal contrato, a entrega de material ou a execução dos serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução;

**7.2.11** Receber os bens ou os serviços, por meio do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas fiscais da entrega;

**7.2.12** Realizar o pagamento dos bens entregues ou dos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato:

**7.2.13** O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

**7.2.14** Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**7.2.15** Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

**7.2.16** O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

**7.2.17** Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento a contratada deverá demonstrar regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

**7.2.18** Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

**7.2.19** Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**7.2.20.** a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**7.2.21** Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

**7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:**

**7.3.1** Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial e no instrumento de contrato;

**7.3.2** Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

**7.3.3** Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo contratante;

**7.3.4** Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;

**7.3.5** Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

**7.3.6** Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, salvo justificativa razoável;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**7.3.7** Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**7.3.8** Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

**7.3.9** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o contratante;

**7.3.10** Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;

**7.3.11** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

**7.3.12** Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários à execução de serviços;

**7.3.13** Informar a relação dos empregados que prestarão serviços nas dependências deste Regional ou entre outro local a seu critério;

**7.3.14** Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

**7.3.15** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

**7.3.16** Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**8.1.** Não será exigida indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:

**8.1.1** Nos termos do §3º ao art. 3º a Instrução Normativa 09/2022 deste Tribunal ([0917870](#)), a elaboração de "Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação", "Estudo Técnico Preliminar" e "Mapa da Riscos" é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022). Desta feita, no que concerne à equipe de gestão e fiscalização, opinamos pela não necessidade, visto que com o recebimento definitivo do objeto já será possível a verificação da compatibilidade entre o fornecido pela empresa a ser contratada e o solicitado por esta seção.

**8.1.2** A Seção de Editoração Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO será a unidade responsável pela fiscalização do contrato, incluindo a certificação da nota fiscal.

**8.1.3.** A gestão o do contrato será realizada pelo (a) titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação do TRE/RO, ou por quem o (a) substituir, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

**8.1.4.** A atuação, ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderão ser invocados para eximir a contratada da responsabilidade pela prestação dos serviços.

**8.1.5.** A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações, utilizando-se mensagens eletrônicas (e-mails) e Correios.

**8.1.6.** O recebimento provisório dar-se-á pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral deste Tribunal, quando da entrega da Nota Fiscal contendo os serviços prestados e, definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

## **8.2. Mecanismos Formais de Comunicação**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**8.2.1** O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail e telefonemas diretamente com o profissional contratado, conforme detalhamento a seguir:

Assunto	E-mail
Envio de notas fiscais relacionadas a requisições do gestor do contrato	sepm@tre-ro.jus.br
Informações técnicas	sepm@tre-ro.jus.br

## **9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**9.1.** O contratante efetuará o pagamento em parcela única, no valor informado no item **7.2**, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária na conta corrente da contratada, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da fatura/nota fiscal, regularmente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

**9.2.** A fatura/nota fiscal só poderá ser emitida após o início da prestação de serviço contratado.

**9.3.** No ato do pagamento, a contratada deverá ter a situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça.

**9.4.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

**9.5.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%

**9.6.** A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

## **10. REAJUSTE CONTRATUAL**

**10.1** Poderá haver alteração unilateralmente pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei 14.133/21.

**10.2** A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21.

**10.3** O índice aplicável para fins de reajuste e correção de preços a partir de 12 meses da data de apresentação da proposta, no caso de haver interesse das partes na prorrogação contratual, será o preço médio praticado pela contratada, devidamente comprovado através de pesquisa de preços realizada perante outros contratantes.

**10.4** Quanto ao prazo de execução, a CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços após a assinatura do Contrato e devolução, no prazo previsto do item 7.1.3, sendo este marco temporal adotado como data-base para cumprimento do objeto e efetiva disponibilização dos serviços.

**10.5** Não haverá exigência de garantia contratual da execução deste objeto.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**11.1** O valor estimado para a contratação do objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 21.528,00** (vinte e um mil e quinhentos e vinte e oito reais), a serem pagos em parcela única. Esse valor corresponde à proposta da Saraiva Educação S.A., inclusa no evento [1078575](#), conforme detalhamento dos bens e serviços que compõem a solução:

Acervo(s)	Modelo de acesso	Quantidade de usuários Simultâneos	Valor unitário mensal	Valor Mensal	Prazo de vigência contratual	Valor total anual assinatura
Saraiva Completo	Simultâneo	50	R\$ 35,88	R\$ 1.794,00	12 meses	R\$ 21.528,00

**11.2.** O detalhamento da pesquisa de preços realizada para a estimativa do preço integra a **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**, inclusa no evento [1078825](#);

**11.3** Ante a comprovação da exclusividade na prestação dos serviços, conforme certidão inclusa no evento [1078576](#), e da regularidade mínima da empresa para contratar com a Administração Pública, entende-se que a assinatura dos serviços poderá ser realizada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe o art. 74 da Lei n. 14.133/2021.

## **12. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>				
<b>Tipo de Orçamento</b>	<b>Item de despesa do planejamento orçamentário</b>	<b>Plano Interno</b>	<b>Previsão de execução orçamentária por ano</b>	
			exercício corrente (R\$)	próximo(s) exercício(s) <sup>1</sup> (R\$)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ordinário	Assinatura de Periódicos e anuidades	OASAASSINA	21.528,00	
<b>Total por exercício financeiro</b>			<b>21.528,00</b>	

### **13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **FORMA DE SELEÇÃO**

Inexigibilidade de Licitação: Indicar o fundamento.

Ante a comprovação da exclusividade na prestação dos serviços e da regularidade mínima da empresa para contratar com a Administração Pública, entende-se que a assinatura dos serviços poderá ser realizada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe o art. 74 da Lei n. 14.133/2021. **Carta de Exclusividade** evento inclusa no evento [1078576](#)

#### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Inexigibilidade de Licitação: Art. 74 da Lei n. 14.133/2021

### **14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**14.1** Consoante atestado da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Regional de São Paulo, incluso no evento (0950642) a SARAIVA EDUCAÇÃO S.A, com sede à Rodovia Presidente Dutra, km 136, bloco 4, módulo 5, Eugênio de Mello, CEP 12247-004, São José dos Campos/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 50.268.838/0001-39, é autora e única fornecedora no Brasil, do produto abaixo descrito:

**14.1.1** Biblioteca Digital Saraiva - é uma compilação de determina das Obras originalmente organizadas e disponibilizadas pela Saraiva Educação, em meio e formato eletrônico ou digital, com layout e funcionalidades a critério da SARAIVA EDUCAÇÃO S.A., armazenada no servidor da SARAIVA EDUCAÇÃO S.A. ou de terceiro por ela indicado, acessível por computadores, dispositivos e tablets somente para consulta. NUMERO REGISTRO INPI: 512021000114-1



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**14.2** Em relação aos critérios de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista a proponente comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração pública por meio dos seguintes documentos:

**14.2.1** Atestado de Exclusividade, incluso no evento [1078576](#);

**14.2.2** Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito de Tributos Federais, inclusa no evento [1078577](#)

**14.2.3** Certidão Negativa Débitos Trabalhistas, inclusa no evento [1078578](#);

**14.2.4** Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, incluso no evento [1078579](#);

**14.2.1.** Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, inclusa no evento [1078753](#);

**14.2.** Em relação aos critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor, considerando a tipicidade da contratação, ante a comprovação da exclusividade na prestação dos serviços e da regularidade mínima da empresa para contratar com a Administração Pública, entende-se que para a assinatura do contrato será dispensado este item, podendo a contratação ser realizada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe o art. 74 da Lei n. 14.133/2021.

**14.3.** Em relação aos critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, considerando que a mesma contratação vem se repetindo perante esta administração por vários anos, entende-se como atendido referido critério para realização da contratação almejada.

## **15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS**

**15.1. SANÇÕES:** Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

**15.1.1 Advertência:** pela cometimento da infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**15.1.2 Multa:** de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

**15.1.2.1** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**15.1.2.2** dar causa à inexecução total do contrato;

**15.1.2.3** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**15.1.2.4** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**15.1.2.5** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**15.1.2.6** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**15.1.2.7** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.1.3 Impedimento de licitar e contratar:** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

**15.1.3.1** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**15.1.3.2** praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**15.1.3.3** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

**15.1.4 Declaração de inidoneidade:** será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

**15.1.4.1** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**15.1.4.2** praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**15.1.4.3** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**15.1.4.4** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.2.** O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas no item 15.1 desta seção observarão as normas gerais da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.

## **16. ANEXOS**

**16.1** Proposta inclusa no evento [1078575](#);

**16.2** Certidão de Exclusividade inclusa no evento [1078576](#);

**16.3** Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União inclusa no evento [1078577](#);

**16.4** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas inclusa no evento [1078578](#);

**16.5** Certificado de Regularidade do Fgts incluso no evento [1078579](#);

**16.6** Pesquisa de preço 1 - TCE-PE - inclusa no evento [1078581](#);

**16.7** Pesquisa de preço 2 - TJ-GO - inclusa no evento [1078582](#);

**16.8** Pesquisa de preço 3 - TRE-AM - inclusa no evento [1078583](#);

**16.9** Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade inclusa no evento [1078753](#);

**16.10** Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC) inclusa no evento [1078825](#);





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Everaldo Cardoso Lopes

Chefe da SEPM

**Responsável**



Documento assinado eletronicamente por **EVERALDO CARDOSO LOPES, Chefe de Seção**, em 01/12/2023, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1093121** e o código CRC **369B5B3B**.

0001677-03.2023.6.22.8000

1093121v10



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

Processo: 0001677-03.2023.6.22.8000.

Interessado: SEPM.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assunto: Inexigibilidade - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de assinatura da plataforma Biblioteca Digital Saraiva – BDS.

**PARECER JURÍDICO Nº 293 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral – SEPM ([1055106](#)), no qual se busca a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de acervo digital que disponibiliza títulos atualizados dos selos editoriais da Livraria Saraiva, de acordo com os contornos gerais da contratação descritos no Documento de Formalização de Demanda ([1055109](#)).

**02.** Registra-se que o pedido da compra foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO nº 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO nº 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

**03.** Por meio do Despacho nº 1966/2023 ([1055176](#)), o Secretário da SAOFC analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não exigiria** a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º da IN TRE-RO nº 9/2022, encaminhou o processo à SEPM para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

**04.** Para a instrução inicial a SEPM carrou ao processo os seguintes documentos:

**I** - Proposta da SARAIVA EDUCAÇÃO S.A, CNPJ nº 50.268.838/0001-39 ([1078575](#));

**II** - Certidão de Exclusividade ([1078576](#)) ;

**III** - Documentos que comprovam a regularidade mínima da empresa para contratar com a Administração Pública ([1078578](#), [1090739](#), [1090742](#));



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV - Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta ([1078825](#)), no valor de R\$ 21.528,00 (vinte e um mil e quinhentos e vinte e oito centavos), instruída com as pesquisa de preços juntadas nos eventos [1078581](#), [1078582](#) e [1078583](#);**

**V - Termo de Referência nº 8/2023 - SEPM ([1093121](#)), em sua versão final, que reproduz as regras da contratação direta, por inexigibilidade de licitação.**

**07.** Por meio do Despacho nº 2969/2023 ([1093946](#)) o titular da SAOFC remeteu o feito à **SAC** para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação, à **COFC**, para programação orçamentária, à **SECONT**, para elaboração de minuta de instrumento contratual e a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico.

**08.** A Seção de Apoio às Contratações (SAC) concluiu sua análise nos seguintes termos ([1094867](#)):

3- Como já registrado nesta análise, comprovou-se a regularidade da empresa SARAIVA EDUCAÇÃO S.A., CNPJ: 50.268.838/0001-39, para contratar com a Administração Pública.

4- Após a análise formal, o **TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 8/2023 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM**, evento ([1093121](#)), complementado pela proposta atualizada juntada no evento ([1078575](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 74, inciso I, da Lei 14.133/2021, para **contratação direta por inexigibilidade de licitação**, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO.

**09.** A programação orçamentária da despesa foi juntada no evento [1080892](#), documento que também registra que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, além de compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

**10.** Na sequência, a minuta do contrato foi juntada pela SECONT no evento [1096027](#).

**11.** Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica.

**É o necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**12.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. [0001677-03.2023.6.22.8000](#)) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**13.** Por sua vez, no regime jurídico da **Lei nº 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

**Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)

**14.** O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei nº 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

#### **3.1 Da possibilidade da contratação pretendida - Situação de inviabilidade de competição - Inexigibilidade de licitação.**

**15.** A Inexigibilidade está regulamentada no art. 74 da Lei nº 14.133/2021 que estabelece, dentre outras coisas, que a licitação será inexigível sempre que a competição for inviável. Nesse sentido, o próprio artigo define que se considera inviável a competição em casos de:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;*

**16.** Contrário senso, havendo possibilidade de instaurar-se competição para o fornecimento do objeto, não poderá a Administração lançar mão da via excepcional da inexigibilidade, como assentado, de forma exemplificativa, no **Acórdão TCU nº 125/2005 - Plenário:**

*Acórdão 125/2005 Plenário: Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.*

**17.** Pelo que se vislumbra das informações que instruem o presente feito, há inviabilidade de competição para a contratação pretendida por **comprovação de exclusividade dos serviços** do objeto pretendido, visto que apenas a empresa **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A.**, é **autora e única fornecedora no Brasil** do produto a ser contratado, conforme consta em Certidão de Exclusividade apensada aos autos ([1078576](#)).

**18.** Conforme registrado pela SEPM no item 13 do Termo de Referência nº 5/2023([1078584](#)), a forma de seleção por inexigibilidade se dá em virtude da comprovação da exclusividade na prestação dos serviços. Nessa linha, afigura-se que inexistem alternativas viáveis à contratação do serviço de assinatura de biblioteca digital Saraiva - BDS. Assim, tratando-se de serviço prestado em caráter de exclusividade, resta demonstrada a inviabilidade competitiva que caracteriza a inexigibilidade de licitação regrada pelo **Art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.**

**19.** Ainda assim, a possibilidade de a Administração contratar diretamente, seja por dispensa ou inexigibilidade de licitação, não



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a isenta de comprovar os requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: **a) a razão da escolha do fornecedor;** e **b) a justificativa do preço.**

**20.** No caso em tela, constata-se que a **razão para a escolha do fornecedor** afigura-se clara, vez que a empresa SARAIVA EDUCAÇÃO S.A é a **única** em condições para o fornecimento de assinatura digital para obras originais em formato eletrônico. Assim, demonstrada a adequação entre a demanda da Administração e a oferta do proponente, como no caso em exame, o requisito está cumprido.

**21.** Nessa linha, esta Assessoria Jurídica entende possível, realizar a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, com fulcro no **Art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**. Diz-se a priori porque deverá ainda ser verificado o cumprimento do requisitos legal de caráter genérico, aplicável a todas as contratações diretas, qual seja: a) a justificativa do preço (**art. 72, incisos VI e VII, da Lei nº 14.133/2021**), o que se verá adiante neste parecer.

### **3.2 Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação.**

**22.** De acordo com o **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, a fase **preparatória** do **processo licitatório** é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

**23.** Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se da via da contratação direta, por **inexigibilidade de licitação** em razão de ausência de competição para o objeto pretendido, porque prestado de forma exclusiva por um único fornecedor. Para hipóteses como tais a **Lei nº 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

*Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de **inexigibilidade** e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;*

*II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;*

*IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;*

*V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;*

*VI - razão da escolha do contratado;*

*VII - justificativa de preço;*

*VIII - autorização da autoridade competente.*

**24.** Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

### ***CAPÍTULO II***

#### ***PLANEJAMENTO***

**Art. 3º** *O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:*

***I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;***

***II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;***

***III - Estudo Técnico Preliminar;***

***IV - Mapa de Riscos;***

***V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;***

***VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;***

***VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.***

**§ 1º** *O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.*

**§ 2º** *A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.*

**§ 3º** *A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).*

**§ 4º** *A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*§ 5º A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.*

*§ 6º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.*

*§ 7º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta.*

### **3.3 Da análise dos elementos do Documento de Formalização da Demanda - DFD.**

**25.** O Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação está disciplinado pelo art. 4º da IN TRE-RO nº 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pela SEPM para o registro de sua demanda ([1055109](#)). Verifica-se que todos os elementos exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante. A unidade justificou a dispensa de equipe de planejamento, do estudo técnico preliminar, mapa de riscos da contratação, basicamente por se tratar de contratação singela, não havendo complexidade para a elaboração dos documentos e risco evidenciado na execução do contrato.

**26.** Também afastou o processamento da contratação por dispensa eletrônica, prevista nos arts. 28 e segs da IN TRE-RO nº 9/2022. Por certo, não haveria mesmo possibilidade de adotar-se essa via para as inexigibilidades de licitação, vez que aquela ferramenta pressupõe a existência de disputa entre os fornecedores potenciais, o que não ocorre nessas circunstâncias. Aliás, os incisos do art. 28 do referido regulamento, ao listar as hipóteses nas quais poderão ser adotadas o sistema de cotação eletrônica, nelas acertadamente não incluiu os casos de inexigibilidade de licitação. Por isso, a possibilidade de estimativa de preços realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa resta prejudicada nas situações de inexigibilidade de licitação.

**27.** Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do Documento de Formalização da Demanda - DFD ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022.

### **3.4 Da análise da Estimativa da Despesa.**

**28.** Como já registrado no âmbito deste parecer, a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade para cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicável às contratações diretas, qual seja: a) a **justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei nº 14.133/2021)**.

**29.** Quanto ao cumprimento do segundo requisito legal da **justificativa do preço**, há regras específicas definidas por este órgão no documento padronizado denominado **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO**, que no caso em análise foi juntado ao processo no evento ([1078825](#)) e que demonstra que o valor estimado da contratação foi obtido pela consulta dos preços praticados pela JUSBRASIL com outros órgãos da Administração Pública, os quais foram modulados em função da quantidade de acessos pretendidos. Veja-se

*I - Foram observadas as regras do art. 5º da IN 65/2021?*

*( ) Sim.*

*( x ) Não, adotado os seguintes critérios:*

*( x ) valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo;*

*(...)*

**ANEXO II - PREÇOS CONSIDERADOS PARA A ESTIMATIVA FINAL**

*(...)*

*Obs. Calculamos acima o valor unitário para 50 usuários com acesso simultâneo no valor total de R\$ 37,40, resultando em uma mesalidade mensurada em R\$ 1.870,00 e no valor total da média praticada para outros órgãos públicos em **R\$ 22.440,00, valor este acima da proposta sob análise, cujo objeto será idêntico, que perfaz o montante de R\$ 21.528,00 (vinte e um mil e quinhentos e vinte oito reais)**.*

**30.** Nessa linha, a análise das informações juntadas ao processo e registradas na **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO** ([1078825](#)) revela que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022.

### **3.5 Do Termo de Referência.**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**31.** O Termo de Referência está disciplinado pelos arts. 15 e sgs da IN TRE-RO nº 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pela SEAP para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1078584](#)). Verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destaca-se:

**I - Definição do Objeto - Capítulo 1;**

Em conformidade.

**II - A previsão da contratação no Plano Anual de Contratações de 2023 - Capítulo 2;**

Em conformidade.

**III - A fundamentação ou justificativa da contratação - Capítulo 3;**

Em conformidade.

**IV - Descrição da solução como um todo - Capítulo 4;**

Em conformidade.

**V - Requisitos da contratação - Capítulo 5;**

Em conformidade.

**VI - Critérios de sustentabilidade - Capítulo 6;**

Destacou a unidade demandante que o objeto deste Termo de Referência está totalmente de acordo com os critérios de sustentabilidade, em especial o critério da "uso de inovações" que reduzem a pressão por recursos naturais, bem como de menor geração de resíduos no fato da utilização de livros eletrônicos que não necessita de matéria prima advindas de recursos naturais para sua produção e, por esse motivo, não causarão ao final de sua vida útil a geração de resíduos.

**VII - O modelo de execução do objeto - Capítulo 7;**

Em conformidade.

Destaca-se o dimensionamento do prazo da contratação de 12 (doze).

Contudo, a unidade justifica que se tratam de **serviços de natureza contínua**, de necessidades prolongada, motivo pelo qual está



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prevendo a possibilidade de prorrogação, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

No item 7.1.2 há previsão do instrumento de carta-contrato para regular as relações entre as partes, na forma do artigo 89 da Lei nº 14.133/2021.

**VIII - Modelo de gestão do contrato - Capítulo 8:**

Em conformidade.

**IX - Critérios de medição e de pagamento - Capítulo 9;**

Em conformidade.

**X - Reajuste contratual - Capítulo 10;**

Em conformidade.

Destaca-se que o critério para fins de reajuste, havendo interesse das partes na prorrogação da avença, **será o preço praticado pela contratada, devidamente comprovado através de pesquisa de preços realizada perante outros contratantes.**

**XI - Estimativa do valor da contratação - Capítulo 11;**

Em conformidade.

**XII - Aderência orçamentária - Capítulo 12;**

Em conformidade.

**XIII - Forma de seleção do fornecedor - Capítulo 13;**

Diante da comprovação de exclusividade na prestação dos serviços, bem como da regularidade mínima para contratar, entende-se possível a contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

**XIV - Critérios de seleção do fornecedor - Capítulo 14;**

Por meio de atestado da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação ([1078576](#)), a contratada é autora e única fornecedora no Brasil do objeto do contrato.

**XV - Das infrações e sanções aplicáveis - Capítulo 15;**

**XV - Anexos - Capítulo 16;**

**32.** Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do termo de referência nº 8/2023-SEPM ([1093121](#)) ao regime da Lei



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

### **3.6 Da análise da minuta do contrato.**

**33.** A minuta do contrato como documento integrante da fase de planejamento da contratação está disciplinado no § 1º do **art. 21 da IN TRE-RO nº 04/2023**, veja-se:

*Art. 21. Cabe à unidade demandante ou à equipe de planejamento da contratação, quando houver, a elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico.*

***Parágrafo único.** A minuta do contrato, elaborada pela unidade competente, integrará os documentos da fase de planejamento da contratação, exceto nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e das quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, hipóteses em que a Administração poderá substituí-la por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. (sem destaques no original)*

**34.** Por sua vez, a **Lei nº 14.133/2021** cuidou da formalização de contratos administrativos a partir do art. 89, a saber:

*Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.*

(...)

*Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para **assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente**, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.*

(...)

*Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:*

*I - dispensa de licitação em razão de valor;*

*II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.*

*§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.*

*§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). (Vide Decreto nº 10.922, de 2021) (Vigência)*

**35.** Por certo não se trata de uma contratação com dispensa em razão de valor, mas sim originada em situação de inexigibilidade de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação - tendo em vista se tratar de empresa que presta serviços de caráter exclusivo. Contudo, verifica-se que objeto compreende a execução de serviços que resultam obrigações futuras às partes. Nesses moldes, tem-se como imperativo a adoção do instrumento de contrato.

**36.** Por sua vez, a análise dos elementos da minuta do instrumento contratual trazida ao processo pela SECONT no evento [1096027](#) revela que sua redação está adequada às condições ajustadas e decorrentes dos documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante.

**37.** Em função do exposto e para cumprimento do **§ 4º do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021**, tem-se que, sob o aspecto formal, a análise dos elementos da referida minuta revela que o instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

## **IV – CONCLUSÃO**

**38. Pelo exposto**, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela adequação legal do Documento de Oficialização da Demanda SEPM ([1055109](#)), da informação conclusiva valor estimado da contratação - ICVEC ([1078825](#)) e do Termo de Referência nº 8/2023-SEPM ([1093121](#)) - também analisados e tidos como regulares pela SAC ([1094867](#)), na forma do art. 72, VIII da Lei nº 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022;

b) Pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, pelo prazo de 12 meses, com possibilidade de prorrogação, dos serviços de assinatura da plataforma Biblioteca Digital Saraiva - BDS indicado no Termo de Referência analisado, da empresa **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A. - CNPJ: 50.268.838/0001-39**, haja vista que configurada a situação da inviabilidade competitiva prevista no **Art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, no valor estimativo de **R\$ 21.528,00 (vinte e um mil quinhentos e vinte e oito reais)** que também comprovou as condições para contratar com a Administração Pública ([1078578](#), [1090739](#), [1090742](#)).

i. Conforme já apontado no item 9 deste parecer a programação orçamentária para a despesa foi juntada no evento [1080892](#).





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ii. Alerta-se para o procedimento de verificação prévia da inscrição da empresa que se pretende contratar no cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, conforme a informação do senhor Secretário da SAOFC no evento 1090607.

**39.** A análise formal dos termos da minuta e seus anexos carreados ao processo pela SECONT no evento 1096027, revela que o instrumento encontra-se em harmonia com a legislação de regência, estando ainda em **conformidade** com as regras gerais da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, naquilo que aplicável.

**40.** Com precedente no **Acórdão TCU nº 1.336/06-Plenário**, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Steele Góes, Estagiário**, em 07/12/2023, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 07/12/2023, às 16:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1096222** e o código CRC **9EAEB706**.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001677-03.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Editoração Publicação e Memória Eleitoral - SEPM.

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de assinatura da plataforma Biblioteca Digital Saraiva – BDS.

**DESPACHO Nº 1513 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Editoração Publicação e Memória Eleitoral - SEPM deste Tribunal, por meio do Documento de Formalização da Demanda de evento n. [1055109](#), objetivando a Contratação, com inexigibilidade de licitação, de empresa especializada na prestação de serviço à plataforma digital JUSBRASIL, para fornecimento de acervo digital que disponibiliza títulos atualizados dos selos editoriais da Livraria Saraivas, a ser iniciada a contar de 30/12/2023 ([1055106](#)).

A unidade demandante juntou proposta comercial da empresa SARAIVA EDUCAÇÃO S.A. ([1078575](#)), bem como todos os elementos de cunho obrigatório exigidos pela **Lei 14.133/2021** e pela **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, quais sejam**, Documento de Formalização da Demanda ([1055109](#)), Estimativa da Despesa - retratada na versão final da Informação Conclusiva sobre o valor estimado da Contratação ([1078825](#)) e versão final do Termo de Referência n. 8/2023 ([1093121](#)).

Carreou-se aos autos certidão de exclusividade expedida pela ASSESPRO - ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO REGIONAL DE SÃO PAULO, juntada no evento [1078576](#).

Os documentos juntados aos eventos n. [1078577](#), [1078578](#), [1090739](#), [1090739](#) e [1090742](#) comprovam a regularidade mínima da empresa para contratar com a Administração Pública.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Termo de Referência n. 8/2023-SEPM ([1093121](#)) dimensionou o valor total da contratação em **R\$ 21.528,00** (vinte e um mil e quinhentos e vinte e oito reais), pelo período de 12 (doze) meses, descrevendo o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

A SAC, após análise formal do processamento, atestou que o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8/2023 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM** ([1093121](#)), complementado pela proposta juntada no evento n. [1078575](#), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 74, inciso I, da Lei 14.133/2021, para **contratação direta por inexigibilidade de licitação** ([1094867](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 21.528,00** (vinte e um mil e quinhentos e vinte e oito reais), registrando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([1080892](#)).

A SECONT, por sua vez, juntou aos autos a minuta do Contrato ([1096027](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise e parecer ([1096028](#)).

Assim, a AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico nº 293/2023 ([1096222](#)) opinando pela possibilidade de contratação direta da empresa **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A. - CNPJ: 50.268.838/0001-39**, por inexigibilidade de licitação prevista no inciso I do art. 74 da Lei nº 14.133/2021; pela aprovação do Termo de Referência e, em que pese desnecessária, pela publicação ato de inexigibilidade na imprensa oficial e pela publicação do extrato do contrato juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Aprovou os termos da minuta do contrato, registrando, por fim, a necessidade de verificação prévia **da inscrição da empresa que se pretende contratar no cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, conforme a informação do senhor Secretário da SAOFC no evento** ([1096027](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação do Termo de Referência 8/2023 ([1093121](#)), autorização da despesa e pela contratação



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

direta da empresa **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 50.268.838/0001-39, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no [art. 74, I da Lei nº. 14.133/2021](#), pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([1078825](#)) e publicação do ato **autorizativo de inexigibilidade e do extrato do contrato**, juntamente com os demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, bem como a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em consonância com o [art. 94 da Lei. nº 14.133/2021](#) ([1096356](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente registra-se que a Lei 14.133/2021, em seu artigo 74, define que uma licitação é inexigível quando não é possível realizar um procedimento competitivo, sendo, portanto, necessária realizar uma contratação direta. Assim é exposto na lei:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição [...]*

Em seguida, no referido artigo, o legislador faz uma lista exemplificativa de situações que podem caracterizar essa ausência de competição e, conseqüentemente, levar à inexigibilidade, dentre elas a situação da exclusividade do fornecedor, quando apenas uma única empresa oferece determinado produto ou serviço que a Administração Pública necessita.

Dessa forma, se apenas uma empresa pode ser a fornecedora, não existe competição, logo não faz sentido realizar uma licitação. Mas para comprovar que apenas determinada empresa é capaz de satisfazer a Administração, a legislação solicita comprovação da exclusividade, por meio de atestados, certificados e outros documentos, tal como está exposto no art. 74, parágrafo 1º:

*§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.*

Feitos os registros acima, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma vez que a empresa proponente é detentora de Certidão



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

emitida pela ASSESPRO - ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO REGIONAL DE SÃO PAULO (evento [1078576](#)) informando que a empresa **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A.** é **autora e única fornecedora no Brasil** do produto a ser contratado - **CNPJ: 50.268.838/0001-39** é autora e única fornecedora no Brasil do produto Biblioteca Digital Saraiva, objeto da pretensa contratação. Portanto, verifica-se a demonstração da impossibilidade material do desencadeamento de competição, em especial por se tratar de empresa fornecedora exclusiva, comprovada a exclusividade por atestado fornecido por entidade equivalente a sindicato.

Registra-se que, no caso sob análise foram observados os requisitos previstos nos incisos VI e VII do art. 72 da Lei 14.133/2021, uma vez que tratando de fornecedor único do serviço, com o atestado nos autos ([1078576](#)), está **justificada a escolha do fornecedor e, no tocante ao preço**, os preços da proponente são idênticos aos ofertados para contratantes públicos ou privados no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, conforme se observa pelas pesquisas de preços juntadas aos eventos n. [1078581](#), [1078582](#) e [1078583](#) e informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação elaborado em harmonia com o disposto no **art. 23 da Lei n. 14.133/2021**, atualmente regulamentado pela **Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021** ([1078825](#)) onde há demonstração de que os valores apresentados são razoáveis e atendem aos princípios da eficiência e economicidade mesmo tratando-se fornecedor exclusivo, o que dá suporte ao procedimento de exceção ao dever de licitar.

Além disso, nos termos constantes no item 3 do Termo de Referência ([1093121](#)), a unidade demandante justifica a necessidade da contratação enumerando várias funcionalidades do objeto a ser contratado, bem como elenca a diversidade de títulos jurídicos, administrativos dentre outros a disposições dos usuários como fonte de pesquisa, o que culmina no aumento da produtividade dos servidores operadores.

Some-se a isso, que os periódicos mensais digitais, agregarão mais uma opção de consulta aos clientes internos, minimizando o problema fático da indisponibilidade do acervo bibliográfico em razão da barreira física em relação às zonas eleitorais do interior do Estado, os quais não desfrutam da facilidade de consulta ao acervo bibliográfico do Tribunal, esta Secretaria implementou a Biblioteca Digital, inserida como ação estratégica. Assim, possui como objetivo direto atender às exigências contemporâneas de diversificação dos meios de acesso à informação, não



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

somente a leitura tradicional de livros, sendo uma tendência dos tribunais superiores, a exemplo do STF, STJ e TSE.

Analisando o fluxo do processamento da contratação direta sob análise, verifica-se que todos os documentos de cunho obrigatório exigidos pela **Lei 14.133/2021** e pela **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, foram produzidos e encartados aos autos nos moldes padronizados neste Regional, portando houve a devida adequação legal aos regimes dos normativos aplicáveis à fase preparatória da contratação (eventos n. [1055109](#) (Documento de Formalização da Demanda) , [1078825](#) (Estimativa da Despesa - ICVEC) e [1093121](#) (Termo de Referência)).

Há a devida comprovação de que a contratado atende os requisitos de habilitação e qualificação conforme se depreende dos documentos juntados aos eventos n. [1078577](#), [1078578](#), [1078579](#), [1090739](#) e [1090742](#).

Por fim, alerta-se para o procedimento de verificação prévia da inscrição da empresa que se pretende contratar no cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, conforme a informação do Secretário da SAOFC no evento 1090607.

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, **autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento** no art. 74, I, da lei nº 14.133/2022, em razão da inviabilidade de competição, descrita no art. 74, I, da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

**I - Aprovo o Termo de Referência nº 8/2023 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM ([1093121](#))**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

**II - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [1078825](#)**, em cumprimento ao [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) alterado pela [Portaria 57/2023/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

**III - Adjudico o objeto à empresa SARAIVA EDUCAÇÃO S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 50.268.838/0001-39, e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

autorizo a emissão de Nota de Empenho **no valor de R\$ 21.528,00** (vinte e um mil quinhentos e vinte e oito reais), **em favor da referida empresa**, depois de verificada sua regularidade fiscal;

**IV - Determino a divulgação do ato autorizativo de inexigibilidade e do extrato do contrato**, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando constante do Parágrafo único do art. 72 e no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade do processamento do feito, com emissão de nota de empenho.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 13/12/2023, às 16:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1098415** e o código CRC **68148A46**.